

CONSIDERAÇÕES EM TORNO DE UMA POSSÍVEL E DESEJADA REESTRUTURAÇÃO DE
ENSINO DA ARQUITETURA NA UnB. MATHEUS GOROVITZ

Acredito que a forma mais fundamentada para estabelecer novas diretrizes é basear-se na experiência anterior, ou no dizer de Lucio Costa - a melhor maneira de se prever é olhar para traz - o que sugere como primeira observação a escassez de material documentado sobre a experiência já realizada.

Não havendo condições de meu depoimento ser o produto de uma reflexão metodológica - devido ao curto período de convivência nesta Universidade, e com os aspectos didáticos de uma forma geral, permito-me apenas, e a maneira de tentativa dar algumas impressões, levado pela vontade de participação - ainda que tateando; ao mesmo tempo sistematizar estas "primeiras impressões".

É sobre a estrutura do curso de Projeto de Edificações e Urbanismo que gostaria de me deter, aquela que ao meu ver seria a mais importante, espinha dorsal, onde o aluno se defronta com todos os problemas que envolvem o projeto de arquitetura.

Partindo do consenso geral, que a sucessão do curso em seus diversos semestres deveria ter uma continuidade-preocupação justificada no sentido de possibilitar a previsão da maneira de evoluir dos conhecimentos e habilidades adquiridos com o fito de alcançar um determinado nível de condição necessária para que a crítica sistemática possa ser feita de uma maneira orgânica, e dinâmica em consonância com as exigências de uma realidade em transição. A proposta de estrutura básica para os cursos de PEO 1º semestre de 1972, na parece tem o mérito de ser uma tentativa de pensar a estrutura como um todo, sem entrar na essência da proposição em si, me parece que a mera temática não foi suficiente no sentido de promover a interdependência, ou a formação de um sistema autônomo, mais do que isto devoria-se delimitar o tratamento das duas temás passando uma especificação do enfoque - a definição de sua política que seria o reflexo da sua socia consciencia - e processos de produção culturais. As relações entre a teoria e a prática, a

ca do projeto evitaria uma redundância das informações a serem recebidas pelo aluno, ao mesmo tempo permitiria uma economia de energia por parte dos professores e uma consequente aprofundamento em áreas mais específicas; esta atitude levaria a uma participação maior do quadro de professores no sentido de uma identificação com a totalidade dos problemas, reduzindo o grau de alienação; e não deixar a eficácia do curso depender da exclusiva iniciativa dos professores; o que implicaria em esforços individuais gigantescos no sentido de suprir deficiências, o que além de levar a um desgaste a longo termo não traria resultados - além do que me parece injusto tanto para professores como para alunos.

Uma programação mais completa da política do projeto e de enfoques evitaria uma redundância de informações a serem recebidas pelo aluno, ao mesmo tempo permitiria uma economia de energia por parte dos professores e um consequente aprofundamento em áreas mais específicas.

O acordo sobre a forma de se desenrolarem os programas de cada semestre deveria se fazer sistematicamente através do seminário permanente, onde o diagnóstico da programação do curso seria levado ao conhecimento do coletivo dos professores; a análise de cada etapa deveria ser preparada pelos coordenadores e trazida à discussão do coletivo. No seminário - ao mesmo tempo um esforço de sistematizar e documentar o trabalho deveria ser expreendido com o tino de se organizar um acervo destas experiências.

Neste sentido se promoveria um ambiente de polêmica visando definir uma política e uma filosofia de abordagens da arquitetura e do planejamento, que chegaria a caracterizar uma atitude da faculdade, enquanto que autoridade participante na produção cultural.

Relatando as formas de se definirem as abordagens dos assuntos a serem desenvolvidos em cada semestre, estes deveriam, sempre que possível, tomar o aspecto de pesquisa almejando tornar o trabalho didático mais criativo e não simplesmente a transmissão de conhecimento.

As discussões sobre a política do projeto, do seminário permanente, sobre a programação, sobre a elaboração de propostas e sobre a realização de pesquisas, devem ser realizadas de forma a garantir a participação de todos os professores, de todos os alunos, de todos os servidores, de todos os funcionários.

tificação e o divórcio atuais - já formalizados pela existência de 2
colegiados alheios um ao outro.

Elas seriam desenvolvidas como complementação efetiva e não apenas
remotamente intencional aos problemas relativos ao desenvolvimento do
projeto.

A estrutura atual apenas cristaliza a formação pouco profissionalizan-
te do ensino de arquitetura onde os que se salvam seriam só aqueles
que apriori teriam vocação.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
PROCESSO DE AVALIAÇÃO

1. Considerações Gerais

- 1.1. O Processo de Avaliação do A.U.R., juntamente com os Critérios de Avaliação, constituem um conjunto de parâmetros gerais que visam instrumentar e normalizar os procedimentos de julgamento para todas as disciplinas de projeto, de modo global.
- 1.2. As diversas disciplinas do Setor de Projeto. IAU, PEU I, PEU II, PEU III, PEU IV, PEU V, PEU VI, Diplomação, Estágio, aplicarão especificamente a seus níveis os critérios gerais do AUR. O entendimento de que cada uma das disciplinas tem conteúdos especificos, se bem que relacionados sequencialmente, sugere que os critérios de Avaliação refletem aqueles conteúdos. Os presentes critérios deverão fazer parte dos programas das disciplinas apresentados aos alunos dos diversos semestres para informação e orientação pedagógica.
- 1.3. Os trabalhos desenvolvidos individualmente ou em equipe pelos alunos, serão acompanhados "pari-passu" pelo professor orientador que anotará suas observações na Caderneta Didática fornecida pelo AUR, bem como nos carimbos específicos para acompanhamento dos trabalhos.
- 1.4. A menção final refletirá o conjunto de avaliações parcias atribuídas pelo professor orientador e levadas ao Colegiado de Avaliação correspondente.
- 1.5. As menções parciais terão, cada uma, o mesmo valor. A necessidade de se valorizar de maneira diversa, algumas etapas do trabalho, será obtida pelo número de menções de cada uma delas.

1.6. Será conveniente, se bem que não obrigatória, a atribuição de no mínimo quatro (4) menções parciais, em cada disciplina.

OBS.: 1 - Os Critérios e Processos de Avaliação do AUR englobam as Resoluções do Conselho de Ensino e Pesquisa, bem como as recomendações Regimentais da UnB. Substituindo as anteriores normas de avaliação do AUR, por se constituirem em aperfeiçoamento daquelas.

1.7. Será levada em consideração o atendimento dos cronogramas do plano de curso, em cada entrega estipulada.

OBS.: 2 - Ao cabo de cada semestre estas normas gerais, bem como as específicas de cada disciplina, serão analisadas, à luz das experiências obtidas e repropostas para o semestre seguinte.

2. Critérios de Avaliação

2.1. Critérios de Avaliação do projeto arquitetônico

2.1.1. Apropriação eficiente do sítio e seu entorno

2.1.2. Rebatimento no projeto dos elementos da programação.

2.1.3. Aspécitos funcionais tipo: dimensionamento correto das dependências, distâncias adequadas, equipamentos corretamente distribuídos.

2.1.4. Aspécitos funcionais tipo conforto ambiental:
conforto visual - (iluminação)
conforto térmico- (insolação-vedações/coberturas etc)

Conforto sonoro - (acústica)

Conforto ergonómico

- (distâncias, utilizações etc)

2.1.5. Asp ctos funcionais tipo estruturais: defini o estrutural e sua adequa o ao espaço arquitetônico.

2.1.6. Aprofundamento do projeto arquitetônico em termos da complexidade na abordagem do tema, refle ida na quantidade e qualidade dos aspéctos tratados.

2.1.7. Expressão das idéias em termos de seu correto entendimento expressa do espaço através de: desenhos, perspectivas, maquetes, etc.

2.2. Critérios de Avalia o da Programa o

2.2.1. Levantamento de dados;

2.2.2. Compreensão das necessidades a atender;

2.2.3. Conhecimento dos usuários (faixa etária, quant., frequência, etc.);

2.2.4. Análise das atividades, seus equipamentos e requerimentos espaciais;

2.2.5. Defini o do contexto sócio-econ mico, cultural e físico.

2.2.6. Proposta programática com a clara defini o de todos elementos da projeta o (critérios de dimensionamentos, fluxos, quantitativos, matriz de relacionamentos, flexibilidade, crescimento, etc.);

2.2.7. Expressão das idéias em termos de seu correto entendimento expressa do espaço por desenhos, mapas, levantamentos, fotos, etc.

2.2.8. Proposta de programa que reflita as análises, os dados e levantamentos realizados em termos de uma organiza o eficiente com claros objetivos funcionais;

2.2.9. Dimensionamento dos sistemas.

2.3. Critérios de Avaliação do projeto de Planejamento Urbano

- 2.3.1. Rebatimento no projeto dos elementos da Programação;
- 2.3.2. Apropriação eficiente das condições topográficas, clima, ventos, entorno, acessos, etc., do sítio escolhido;
- 2.3.3. Aspécitos funcionais tipo dimensionamento correto dos sistemas urbanos, relacionamentos, distâncias adequadas, distribuição dos equipamentos;
- 2.3.4. Aspécitos funcionais tipo infra-estruturais tais como definição das redes públicas de eletricidade, abastecimento de água esgotos etc.;
- 2.3.5. Definição conceitual da proposta e princípios legislativos, suporte da propositura urbanística;
- 2.3.6. Expressão da idéia em termos de seu correto entendimento;
- 2.3.7. Aprofundamento do projeto em termos da complexidade na abordagem e refletida na quantidade dos aspécitos tratados.